

A OCUPAÇÃO RECENTE NO LESTE PARAGUAIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PROPRIEDADE DE TERRAS E A CULTURA LOCAL

Leandro Baller

Resumo: O texto congrega diversificada tipologia de fontes históricas advindas do Paraguai, fontes que possuem origens em meados da primeira metade do século XX findando-se em meados da segunda década do XXI. Problematisa um dos períodos mais conturbados da política nacional paraguaia – ditadura stroessnista (1954-1989) – sem deixar de observar vetores de outras temporalidades, analisando como se deu a distribuição de terras no país, consoante ou não à sua legislação, bem como infere sobre a atual situação das propriedades rurais, em especial na região oriental, ou seja, na longa faixa de fronteira que compartilha com o Brasil, espaço que sofreu profundos fluxos de adentramento de brasileiros durante várias décadas da segunda metade do século XX, ocasionando um dos maiores movimentos migratórios do mundo.

Palavras-chave: Política, Ditadura Militar, agronegócio, História.

La ocupación reciente en este Paraguay: un estudio de caso sobre la propiedad de tierras y la cultura local

Resumen: El texto congrega diversificada tipología de fuentes históricas provenientes de Paraguay, fuentes que poseen orígenes a mediados de la primera mitad del siglo XX terminándose a mediados de la segunda década del XXI. Cuestiona uno de los períodos más conturbados de la política nacional paraguaya – ditadura stroessnista (1954-1989) – sin dejar de observar vectores de otras temporalidad, analizando cómo se dio la distribución de tierras en el país, según o no a su legislación, así como abarca la actual situación de las propiedades rurales, en especial en la región oriental, es decir, en la larga franja de frontera que comparte con Brasil, espacio que sufrió profundos flujos de adentramiento de brasileños durante varias décadas de la segunda mitad del siglo XX, uno de los mayores movimientos migratorios del mundo.

Palabras clave: Política, Dictadura Militar, agronegocios, Historia.

The recent occupation of the Paraguayan east: a case study about country estate and local culture

Abstract: This paper aggregates diversified typology of historical sources from Paraguay which have origins in the first half of the 20th century and ending in the second decade of the 21st century. This work problematizes one of the most troubled periods of the national Paraguayan politics – Stroessner's dictatorship (1945-1989) – considering vectors of other temporalities, analyzing how the land distribution was done in the country, according or not to the legislation, as well as inferring about the present situation of the country estate, mainly in the eastern region, i.e., in the long border range shared with Brazil, which suffered deep Brazilian immigration along many decades of the second half from the 20th century, one of the major migratory flows in the world.

Keywords: Politics, Military Dictatorship, agribusiness, History.

Introdução

O objetivo do texto¹ é elencar algumas questões rurais problematizando discussões atuais que vêm modelando as fronteiras transnacionais de Paraguai e Brasil. A partir disso, analisamos a construção humana do território que ocorreu nas últimas décadas, especialmente no que tange a um modelo agrícola no leste do Paraguai que é fomentado em grande medida pelos brasileiros e seus descendentes, e que adquiriu contornos históricos com transformações de cunho substancial no modelo de produção, mantendo uma das maiores estruturas latifundiárias do mundo. Procuramos compreender como o modelo agroexportador agrícola atua enquanto um dos principais

ocasionadores do problema da questão agrária, e dessa maneira, como ocorre a operacionalização dessas características em zonas de fronteiras e próximo delas.

Em relação à cultura local, serão utilizadas fontes históricas que foram produzidas em diferentes contextos, desde meados da década de 1940 até o início do século XXI e que estão diretamente voltadas às preocupações rurais. Embora reconheça-se nessas fontes a diversidade em relação ao contexto, é crucial atentar para a sua especificidade temática, pois comportam uma base empírica que contribui substancialmente para o estudo e a compreensão do tema ora debatido, desde fontes orais e também documentos oficiais. Trata-se, portanto, de uma análise exploratória de fontes primárias que tocam profundamente em fatores bilaterais transnacionais.

Enfatizamos primeiramente a política governamental do Paraguai, país que, desde os primeiros anos do século XX, passou a elaborar projetos no tocante a desenvolver o leste do país, uma zona permeada de latifúndios, baixa densidade demográfica, e grande potencial agrícola, que continha, em seu interior, variada forma de colonização, como as Colônias Pioneiras, Colônias Militares, Colônias Particulares e as Colônias Oficiais, cada qual com suas especificidades, mas um objetivo comum, o de vender propriedades.

Num segundo momento analisamos as dinâmicas do fluxo de centenas de milhares de imigrantes brasileiros para a região que é divisa territorial com o Brasil. O intenso trânsito humano que se dá até a atualidade na região e na faixa de fronteira², criando inclusive uma nova denominação social de trabalhadores rurais – os chamados brasiguaios. A segunda metade do século XX marca o estreitamento das relações entre Brasil e Paraguai, e, nesse contexto, os estudos que envolvem o meio rural constituem um eixo de análise rico para entender essas relações e como elas estão sendo construídas enquanto cultura nessas regiões, ou seja, uma mescla de práticas cotidianas em que brasileiros e paraguaios misturam seus afazeres.

Salientamos que esse tema traz questões voltadas aos camponeses paraguaios, à propriedade de terras no país, o olhar crítico ao modelo de produção para exportação, polêmicas políticas, entre outras. Assim, com assertivas tanto sobre a questão agrícola, quanto sobre a questão agrária, ambas se inserem no que denominamos no texto de mundo fronteiro.

A questão rural paraguaia no regime político ditatorial de Stroessner: uma análise possível

Politicamente, o Estado paraguaio esteve ausente da discussão em relação à questão da terra para camponês entre 1954-1989. Nota-se que na segunda metade do século XX, há uma pressão maior, especialmente por parte dos Estados Unidos, no tocante à política de Aliança para o Progresso. A partir disso, o governo implantou a colonização nos departamentos do Leste paraguaio, com a conhecida política de *“la marcha si hacia al este”*, mais propriamente a partir da década de 1950, enquanto modelo político assumido para esse desenvolvimento, após os primeiros resultados colhidos no Brasil do programa político da Marcha para o Oeste. Os governos do Brasil e do Paraguai estabeleceram um ponto comum de chegada de ambas às marchas, que é a então pouco habitada região de fronteira oriental do Paraguai.

Em estudos elaborados por pesquisadores do país no ano de 1975 na área de abrangência de Itaipu, estudos que geraram uma série de relatórios intitulados *Investigaciones Historicas*,

Socioculturales y Arqueologicas del Area de Itaipú, produzidos entre os anos de 1975 e 1979. No relatório percebe-se a implementação de ações do governo paraguaio que vinham ocorrendo desde meados da década de 1930. Segundo consta no Informe Final do relatório, o processo inicia com a planificação da colonização do eixo leste, num primeiro momento com *“las Colonias Pioneras de la región Este que corresponden al Departamento de Caaguazú e se acentaron a partir del año 35”* (FOGEL, 1975, p. 89).

Posteriormente, durante o governo Stroessner (1954-1989), o que se assistiu foi a abertura das fronteiras internacionais do Paraguai, especialmente para a entrada de quase meio milhão de brasileiros no país, que, em grande parte da segunda metade do século XX, representaram aproximadamente 10% da população total daquele país³, e nos departamentos fronteiriços seu contingente girava acima dos 90% da população nacional local.

A abertura promovida por Stroessner auxilia na compreensão da atual situação no Paraguai, onde há uma ampla produção voltada ao comércio de exportação, especialmente de soja, por parte de estrangeiros, em que a característica central é a concentração de terras e de produção, uma ação política para o setor rural que vai na contramão do processo de equiparação onde há um grande contingente de camponeses *sintierra*.

As colonizadoras tinham planos de colonização voltados para a venda de terras para os imigrantes, ignorando a condição dos *sintierras* do país, e ainda reclamando a aplicação da lei de garantia da propriedade privada, exigindo, por parte do Estado, a desocupação de suas áreas que estavam tomadas por camponeses que trabalhavam em um modelo de subsistência ou ainda e em menor volume na exploração dos ervais.

As ações políticas, nesse contexto, entre os dois países era a da realização de grandes obras entre eles e isso motivou um maior número de pessoas a migrar para o Paraguai, como, por exemplo, a Estrada Carretera Internacional, a Ponte Internacional da Amizade, o trabalho com porto marítimo franqueado em Paranaguá ao Paraguai e o início dos trabalhos do Projeto Itaipu, obras que auxiliaram na promoção e no desenvolvimento do leste paraguaio.

Com o governo Stroessner houve, porém, a supressão dos direitos e das leis que regiam a conduta no país, estabelecendo um verdadeiro Estado ditatorial, não se obedecendo à legislação do país e, em grande medida, foram sendo criados outros mecanismos e outras leis para assegurar que o regime político tivesse o controle pleno. Um exemplo é a revisão do Estatuto Agrário de 1940, documento que sofreu diversas alterações, supressões e incorporações, em decorrência de que as leis foram alteradas no sentido de favorecer aos mais próximos do governo.

Na década de 1960 fomentou-se uma série de discussões que vinham na direção de atender o público camponês, discussões que, muito mais do que uma proposta para inseri-los no conceito de *bienestar* rural, serviram como pano de fundo para suprimir artigos do Estatuto Agrário, abrindo as fronteiras do país para a entrada de estrangeiros, especialmente de brasileiros, deixando-os com possibilidades de aquisição de terras, e supostamente amparados na lei.

Com isso ocorre a mudança de conceito em relação à distribuição da terra, com a criação do Instituto de Bienestar Rural (IBR), passando da definição de reforma agrária, amplamente difundida por Carlos Pastore em 1940, para o conceito de bem-estar rural no Estatuto Agrário de 1963. O termo

reforma agrária é simplesmente excluído do Estatuto Agrário de Stroessner, mas incluído formalmente na Constituição de 1967 e incorporado no interior da ideia de bem-estar rural, enquanto o conceito de reforma agrária no Estatuto Agrário é retomado apenas no ano de 2002, período de redemocratização do Estado paraguaio.

Os outros mecanismos, em relação à manutenção do regime político de Stroessner, estão integrados à repressão que atuou durante os 35 anos de seu governo. Nesse período as pessoas ligadas à questão rural representaram 25% do total de todas as pessoas perseguidas, presas, torturadas, exiladas e mortas pelo regime de Stroessner, que colocava a seu serviço os meios e as pessoas mais violentas no controle, como, por exemplo, o agente Pastor Milciades Coronel, então chefe do Departamento de Investigações, considerado, por ativistas de direitos humanos, como o mais violento torturador da ditadura de Stroessner. A descoberta dos "Arquivos do Terror" (22 dez. 1992) mostrou que era ele o autor de várias violações de direitos humanos.

Pastor Coronel foi um dos responsáveis pela modernização da estrutura repressiva do regime, modernização baseada em um sistema de arquivamento de dados de inteligência em uma subdivisão de tarefas especializadas, tarefas que eram infiltradas em sindicatos, centros estudantis, fronteiras e movimentos políticos. Também foi responsável pelo Departamento de Identificação e que concedia documentos às pessoas, condição que lhe dava grande quantidade de informações e dinheiro. Foi preso em 1989 com o fim do regime de Stroessner, condenado à prisão por seus atos, morreu na cadeia no ano 2000 (Comisión de Verdad y Justicia, 2008).

A Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay (CVJ), criada em 2003, recebeu testemunhas, documentos e arquivos entre os anos de 2004 e 2008. O relatório da CVJ ilustra o conturbado momento da história do país em que se registram 20.090 vítimas diretas de violação de direitos humanos. Dessas pessoas, 98,86% foram presas – inclusive há mais número de detenções (21.928) do que de vítimas, que significa que os acusados foram presos mais de uma vez cada um. O resultado evidencia uma média de duas vítimas por dia durante 35 anos. O relatório da CVJ aponta 18.772 casos de tortura e estima que 107.987 pessoas foram indiretamente vitimadas pelo regime, especialmente familiares, com forte impacto psicológico sobre parte da população, perdas e ameaças.

A CVJ identificou 14,1% de mulheres (2.832), sendo que, destas, 37% (1.048) pertenciam às Ligas Agrárias, Campesinas ou Cristãs. O relatório aponta ainda que 10,8% desse montante eram menores de idade. Entre os menores, a acusação que mais aparece são as denúncias de abuso sexual, em que 37% das meninas sofreram algum tipo de abuso, das quais 85,2% eram do interior e ligadas às citadas Ligas. Nesses casos, os militares representam a maioria dos acusados pelos atos (Comisión de Verdad y Justicia, 2008).

As pessoas ligadas à área rural e que compreendiam o segmento rural mais pobre, seja ele o que anteriormente eram as Ligas Agrárias ou o que atualmente é o Movimento Campesino Paraguayo foram duramente reprimidas pelo regime ditatorial paraguaio, enquanto o governo distribuía terras aos amigos políticos, militares, estrangeiros e altos funcionários do Estado. Com esse critério, até 1989, foram distribuídos cerca sete milhões de hectares de *tierras malhabidas*⁴ e/ou *tierras fiscales*. O sociólogo paraguaio Quintin Riquelme diz que:

Las tierras fiscales son las que pertenecen al Estado, y las tierras malhabidas son las que el gobierno les vendió a no sujetos de la reforma agraria, pero en algunos casos ya se juntó, compro mil y alambro dos mil, entonces hay esa una parte malhabidas y esa otra parte de tierra fiscal, pero nunca pude recuperar una sola hectarea el gobierno, el Estado (Quintín Riquelme. Entrevista, Assunção, 2013).

Stroessner deu garantia plena ao desenvolvimento do latifúndio ao manter as grandes propriedades, e fazia a distribuição de terras fiscais. No momento em que propôs mudança apenas trocou-as de mão, como ocorreu com as antigas obrages no lado paraguaio, onde basicamente transferiu grandes parcelas de terras recuperadas pelo Estado para outros estrangeiros ocuparem. Também possibilitou a entrada e a apropriação concedida em lei de terras por parte desses em território de fronteira, o que acarretou na concentração de propriedades em mãos de brasileiros na Região de Fronteira Oriental do país. Além disso, fomentou a entrada de aproximadamente meio milhão de imigrantes brasileiros, entre eles a grande maioria de pequenos proprietários, meeiros, parceiros, parceiros, arrendatários, posseiros, porcentageiros e boias-frias que estavam sendo excluídos do processo de modernização agrícola no Sul e Sudeste do Brasil – esse contingente, posteriormente, vai dar origem aos sujeitos conhecidos como brasiguaios.

Durante muito tempo fomos ingênuos em pensar que a entrada de milhares de brasileiros no Paraguai no contexto de Stroessner era desordenada e sem controle, pois encontram-se, nos arquivos do II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de Paraguai FF.AA, milhares de controles de entrada de estrangeiros no país, sob a responsabilidade do Quartel General em Villarica, no Departamento de Guairá, que estava sob os cuidados do General de Brigada e Comandante da 2ª Divisão de Infantaria Otello Carpinelli Yegros, sob o controle direto de Stroessner. Esses documentos constam como uma categoria de “reservado”, ou seja, “secretos”, pela FF.AA, e apresentam variáveis importantíssimas sobre a imigração brasileira no Paraguai, tais como nome e sobrenome, nacionalidade, idade, local de procedência, vendedor da terra no Paraguai, membros femininos e masculinos de cada família, quantidade de terras compradas, e onde essas terras se localizavam no Paraguai.

Não aprofundamos as análises dessa fonte nessa oportunidade, porém trabalhamos no sentido de minimamente traçar um perfil. Então selecionamos os dados que constam do mês de agosto de 1974, tendo analisado 181 registros. Tais registros revelam que os brasileiros migrantes para o Paraguai são pequenos e médios agricultores do Sul do Brasil, com forte incidência de descendentes de italianos e alemães, constituindo uma média de seis pessoas em cada família, faixa etária girando em torno de trinta e oito anos de idade entre as pessoas registradas como proprietários das terras compradas. As terras adquiridas eram provenientes de vários vendedores na Colônia Santa Rosa del Monday, no Departamento de Alto Paraná, bem como a venda de terras de camponeses no Paraguai em que o Instituto de Bienestar Rural (IBR) aparece como vendedor de terras para brasileiros em Santa Fé e em Santa Rosa del Monday.

Analisamos documentos de mesma natureza no Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación, do II Cuerpo de Ejercito, da 5ª División de Infantaria de San Isidro de Curuguaty, do Departamento de Canindeyú. Em que o Tenente de 1ª Infantaria, Francisco E. Rodrigues, e o General da Brigada da 5ª D.I. Jose Roa Benitez, emitem informações para Stroessner com a avaliação sobre

a quantidade de emigrantes e imigrantes, bem como suas consequências favoráveis e desfavoráveis para a região, mostrando, na nota de 20 de setembro de 1982, a inquietude geral de população civil do Paraguai em relação à ordem econômica, política e social do momento, e, anexada a isso, a demanda de 786 registros de entrada de brasileiros no país no mês de agosto de 1982 apenas nessa região. O documento se expressa da seguinte forma:

En el orden económico: *La actual crisis de circulante dificulta las operaciones comerciales, sin embargo la nueva baja en la cotización del Cruceiro, equilibra el costo de vida de la clase media e baja, ya que la mayoría de los artículos de consumo son traídos de vecino país. Por otra parte se nota un aumento en la oferta de venta de propiedades “tierra” por un precio inferior al de año pasado 15.000 Guaranies la hectárea contra el loteamiento fiscal de IBR, que és 18.000 Guaranies p/Hs.*

En el orden político: *La población en general, recibió con regosijo la postulación y aceptación a la candidatura presidencial período 83/88 por el Gral. ALFREDO STROESSNER.*

En el orden social: *Gran influencia de turistas nacionales y extranjeros en la zona de los Salto del Guairá, la relación entre pueblo, iglesia y ejército en normal armonía (Nota s/n: Tenente Francisco Rodrigues; General José Roa Benitez, Salto del Guairá, 1982. Comisión de Verdad y Justicia (CVJ) del Paraguay 2008. Archivo del II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay. Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación. Asunción, 1982).*

Era costumeiro enviar os registros de controle de entrada de estrangeiros ao General Stroessner, isso sendo apresentado em documento acompanhado das impressões do local onde se localizavam os meios de controle, sendo que, dentre essas impressões, podia-se encontrar qualquer informação. Na intenção de evidenciar o aparelho burocrático da ditadura, destacamos alguns aspectos que as notas apresentam, tais como: a quantidade de chuva que estava caindo; o desenvolvimento da agricultura e da criação de gado; as campanhas eleitorais de oposição; o término do ano letivo escolar; as atividades do povo, da igreja e do exército; a riqueza dos brasileiros em Canindeyú; a quantidade de serrarias; a quantidade percentual de brasileiros; a influência da cultura dos brasileiros em Salto del Guairá; a preocupação dos agricultores com os baixos preços dos produtos; entre outras informações que faziam parte do amplo controle cotidiano e remetido diretamente a Stroessner.

Essa forma de controle e comunicação era intensa. Por exemplo, no mês de setembro de 1982 apresentou-se um relatório com o montante de 436 transmissões de mensagens entre o Comando en Jefe e a 5ª División de Infantería de Curuguaty (Nota n. 111: Capitão Lorenzo Bernal; General Jose Roa Benitez, 1982. In: Comisión de Verdad y Justicia (CVJ) del Paraguay 2008. Archivo del II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay. Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación. Asunción, 1982). As fontes mais do que nunca acabam com a ideia de que a entrada de brasileiros no Paraguai não possuía controle ou eram desordenadas. Na realidade, essas fontes históricas começaram a aparecer após o trabalho da CVJ, e não é possível, ainda, fazer a junção dos relatórios expedidos pelo governo ditatorial de Stroessner para que esse quantitativo possa ser divulgado integralmente. Isso, sim, justifica a falta de números concretos, e não que não existia controle.

Percebe-se que, oficialmente, se atentava, mais do que nunca, aos resultados dos planos de governo em relação às Marchas para o Oeste no Brasil e à *Marcha al Este* no Paraguai. Em conjunto

com essas “marchas”, um outro amplo movimento humano espontâneo, especialmente de despossuídos – mas controlados – viriam, em grande medida, a formar o grupo de pessoas que, em meados dos anos de 1980, fariam os movimentos organizados de retorno do Paraguai para o Brasil. Esses retornados são então, por muitos, denominados de brasiguaios – populações que sofreram, assim, em poucos anos, um duplo processo de exclusão da terra. A maneira como as políticas de marcha para as fronteiras de ambos os países se deu não constituiu uma solução para a questão da falta de terra no Brasil e nem necessariamente significou a inserção do paraguaio no leste do seu próprio país. Na realidade, nessa colonização há uma grande parte de proprietários que fizeram uma migração de capital tanto interno quanto externo. Para resolver a questão é necessário fomentar uma política de Estado do Brasil e do Paraguai em relação a suas gentes nas fronteiras.

A solução agrícola e a dificuldade agrária: o protagonismo do agronegócio

Para compreender a expansão do agronegócio no Paraguai não se pode perder de vista os antigos vetores da situação rural, em que a concentração de terra se tornou perene, e, a partir da década de 1990 e especialmente no início do século XXI, houve um aumento da demanda em busca de tecnologia. Até então, nas áreas de terras caracterizadas como média propriedade o trabalho realizado se pautava na utilização da mão de obra familiar e as grandes extensões compreendiam culturas de manejo de mão de obra menos intensificado, como na criação de gado.

Dos anos 1990 em diante, o modelo agrícola, baseado especialmente no plantio de soja, se transformou na principal cultura, a ponto de agenciar o agronegócio no país. A partir de então houve o aumento gradativo da produção de grãos, em consequência, maior concentração de terra, maior abertura de áreas para plantio, mais desmatamento, e o conflito por terras acaba adquirindo características de violência no campo. Trata-se agora do conflito entre camponeses e produtores de grãos, pois toda área se torna uma possibilidade de exploração, uma vez que o maquinário, os fertilizantes e os defensivos se tornam uma forma rápida e eficiente de manutenção do cultivo de grãos. Esse modelo é visto como anexador das pequenas propriedades dos camponeses, formando pequenos latifúndios, isso porque está baseado, em grande medida, por compra de terras de camponeses. Para o sociólogo Quintin Riquelme, 50% das novas terras abertas para a produção de soja são terras de camponeses e os outros 50% são provenientes de abertura de matas e de terras que faziam parte das grandes fazendas de gado. O sociólogo expressa sua preocupação com esse modelo pela rápida expansão como ocorre:

A partir de 2000 começa a suya aceleración, entonces tenemos datos de, por exemplo, en 2003 se cultivava 1.500.000 hectareas y en 2004 se saltó para 1.900.000 hectareas, o sea, 400.000 hectareas de soja en solo un año, en un país pequeño como Paraguai, se eso for crecer en el Brasil se explicaria, pero acá es mucho, entonces donde conseguiran tanta tierra? Donde conseguiran 400.000 hectareas de tierra? Algunas sí, son estancias, estancieros que venden sus tierras, otras son deforestación de bosque, que todavía quedo, pero se estima que 50% de las tierras pertenecian a las familias campesinas (Quintin Riquelme. Entrevista, Assunção, 2013).

Recorremos aos números da Camara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO), que mostra o aumento contínuo desde a safra do ano de 1995

até a safra do ano de 2014/15, em que a área cultivada de soja passou de 833.005 hectares para 3.264.480 hectares. Trata-se, em área cultivada, de um aumento gradativo ano após ano, assim como aumento em produção, passando de 2.408.428 em toneladas em 1995 para 8.004.858 toneladas em 2014/15 (CAPECO, 2014). Esses números, se analisados friamente, representam que o país passou a ser o quarto maior exportador de grãos do mundo⁵, neste período de 20 anos (1995/2015) observa-se pequenas variações para cima ou para baixo nesses dados, mas que não comprometem o objetivo dessa análise.

Esses números apresentam um acentuado antagonismo, que se baseia na má distribuição social da riqueza e mostra a precária política em relação aos mais pobres. Nesse sentido, a questão agrária no país sofre influência negativa direta. Uma comunidade de aproximadamente 350 mil famílias constitui a população *sintierra*, que, no território paraguaio ocupa uma área onde cerca de 40% das propriedades estão nas mãos de pequenos agricultores que cultivam áreas abaixo de cinco hectares – terras que representam apenas 0,76% do total da área cultivável do país. Enquanto isso as propriedades acima de 10 mil hectares passaram de 350 em 1991 para 600 em 2008. Na verdade, a maioria delas consta com mais de 20 mil hectares e representam mais de 40% do espaço cultivável e comportam apenas 0,2% do total de proprietários (CAN, 2008). O desenvolvimento do agronegócio aumentou a prática da concentração de terras, fazendo com que a questão agrícola se desenvolva, e a questão agrária sofra retração.

Os números acima se unem a outras questões sobre o problema de terras no Paraguai. São questões que contribuem para agravar a situação dos camponeses *sintierras*. Segundo os dados do Censo Agropecuário Nacional (CAN) de 2008, nesse momento em que é possível fazer o confronto das informações com os dados obtidos da Comisión Interinstitucional de Zona de Seguridad Fronteriza (CIZOSEF) do Paraguai, percebe-se que existem, atualmente, 7.851.295 hectares de *tierras malhabidas* no Paraguai, o que corresponde a 19,3% do território nacional do país, e esse montante representa 32,7% de todas as terras cultiváveis do país. (CAN, 2008). Trata-se das terras que os camponeses reclamam. Essa não é uma questão do passado distante ou obra apenas de presidentes autoritários, conforme constatou a Comisión de Verdad y Justicia, pois, entre os anos de 1989 e 2003 – durante o processo de redemocratização – foram distribuídos cerca de um milhão de hectares de terras no país que são definidas como *tierras malhabidas*, mas entre seus recebedores estão políticos, estrangeiros e militares, sujeitos que não fazem parte da demanda da reforma agrária.

Em 2008, o CAN identificou 7.889.128 hectares de terras do país que estão em mãos de estrangeiros. Isso representa 19,4% do território paraguaio. Desse montante, 4.792.528 de hectares estão em mãos de brasileiros. Ainda de acordo com o Censo, a quantidade de terras nas mãos dos brasileiros não obedece a uma distribuição uniforme no Paraguai, mas, sim, estão concentradas nos departamentos de fronteira. Segundo os estudos e estudiosos da área de sociologia rural do Paraguai, este é um panorama antigo, vem se perpetuando e não possui um ponto de convergência para uma saída em curto prazo, uma vez que as estatísticas mostram o aumento da concentração fundiária no país, o aumento do número de famílias *sintierra* e o agronegócio é visto como excludente do pequeno proprietário. Com base nos dados dos últimos Censos Agropecuários do Paraguai, e na demanda de terras por novas famílias *sintierras* que passaram a fazer parte desse conglomerado,

calcula-se que a cada ano aproximadamente nove mil famílias campesinas saem do meio rural paraguaio, com isso provocando o inchaço das regiões urbanizadas, como a capital e o departamento Central, e nas maiores cidades do país, como Concepción, Encarnación e Ciudad del Este.

A concentração fundiária de terras no Paraguai desde seus primórdios apresentou características de grandes explorações formando verdadeiros enclaves, como ocorrera com os ervais, o *quebracho*, as obrages e a criação de gado em outros tempos. Ambos os modelos de produção e extração mostram essa característica. Já com o desenvolvimento do agronegócio, o que se produz é o enclave *sojero*, pois o modelo de cultivo que necessita de grandes áreas para o plantio transforma esse novo enclave em um dos mais devastadores do meio ambiente e da comunidade campesina, sendo que a soja se concentra na região oriental nas fronteiras com o Brasil, e a criação de gado é mais nociva na região ocidental, no Chaco.

Os produtores de soja são acusados de causarem impactos em relação ao meio ambiente, isso porque o cultivo assola os rios ou pequenos riachos que as matas protegiam, bem como os produtores sofrem a acusação frequente de outras causas sociais, como o desalojo de campesinos, a compra de suas pequenas propriedades, a intoxicação por agrotóxicos, entre outras coisas. Assim, há dois modelos de enclave atualmente que resultam em danos ambientais de grandes montas, e, junto a isso, prejudicam as culturas que se baseiam em um modelo de cultivo de subsistência como se dá com os campesinos, ou mesmo para a caça e a pesca para o indígena, outro sujeito que é historicamente maltratado e discriminado, seja pelos grandes proprietários nacionais ou estrangeiros, e mesmo pelas populações campesinas, que se sentem ameaçadas com a inserção cada vez maior do agronegócio e acabam adentrando as terras indígenas, provocando um novo problema em relação à questão da propriedade da terra no Paraguai, e sobre a formação e ocupação social de povoações tradicionais.

Os grandes empreendimentos rurais que se formaram no Paraguai possuem uma característica comum que é a luta campesina, especialmente pela mobilização, pois o Estado não se faz presente nas suas reivindicações. Tudo o que se oportunizou em favor dos campesinos foi na base da pressão. Conforme evidencia o sociólogo Quintin Riquelme, o caminho mais curto para conquistar uma área de terra é a ocupação, pois, a partir do momento em que os campesinos *sintierras* ocupam uma área, forma-se o conjunto necessário para abrir as negociações. É quando aparece o proprietário, aparecem as autoridades e aparecem os agricultores. A partir disso, o Estado inicia o processo de assentamento com a aquisição da propriedade, embora isso nem sempre seja consentido por todas as partes como muito bem aponta Quintin Riquelme.

No Paraguai há uma deficiência estrutural em relação ao campesino, pois nem tudo está ligado apenas à distribuição de terras. Há, de pronto, o pouco desenvolvimento rural dos campesinos que já possuem propriedades e vivem de certa forma em estado precário e isolados de assistência. É uma correlação de forças que, em ambas as situações, deixa a desejar por parte das ações do Estado, justamente porque é difícil fazer com que o campesino se desenvolva se não há um programa de apoio que lhe possa ofertar maior subsídio técnico, ou mesmo algum tipo de crédito. Os números que Quintin Riquelme maneja giram em torno de 10% dos campesinos que conseguem obter um ou outro tipo de auxílio e, quando o benefício lhes é outorgado, ele é esporádico, escasso e

insuficiente apenas agindo de forma pontual sobre um problema que é estrutural. Ou seja, não há uma política estatal que possa contribuir de forma ampla. Por outro lado, o agronegócio adquire as mais variadas formas de auxílio, desde os setores governamentais até os das grandes empresas privadas, fazendo com que ele cresça no Paraguai sem qualquer tipo de controle por parte do Estado, sem qualquer forma de regulamentação das propriedades, de suas produções e da maneira como elas são construídas no interior do Estado⁶.

O que se nota é que, ultimamente, essa questão vem ganhando ares de violência⁷, justamente porque o Estado cria leis que possibilitam a ascensão à propriedade pelos camponeses, mas costumeiramente as leis não saem do papel, não são sequer regulamentadas. Ocorre que essas propostas de leis procuram minimamente inserir os interesses dos camponeses em uma demanda que é por eles reclamada, que são as terras de estrangeiros em áreas historicamente proibidas, leia-se as terras nas fronteiras e que estão localizadas na zona de segurança nacional e em mãos de estrangeiros, vale dizer, brasileiros.

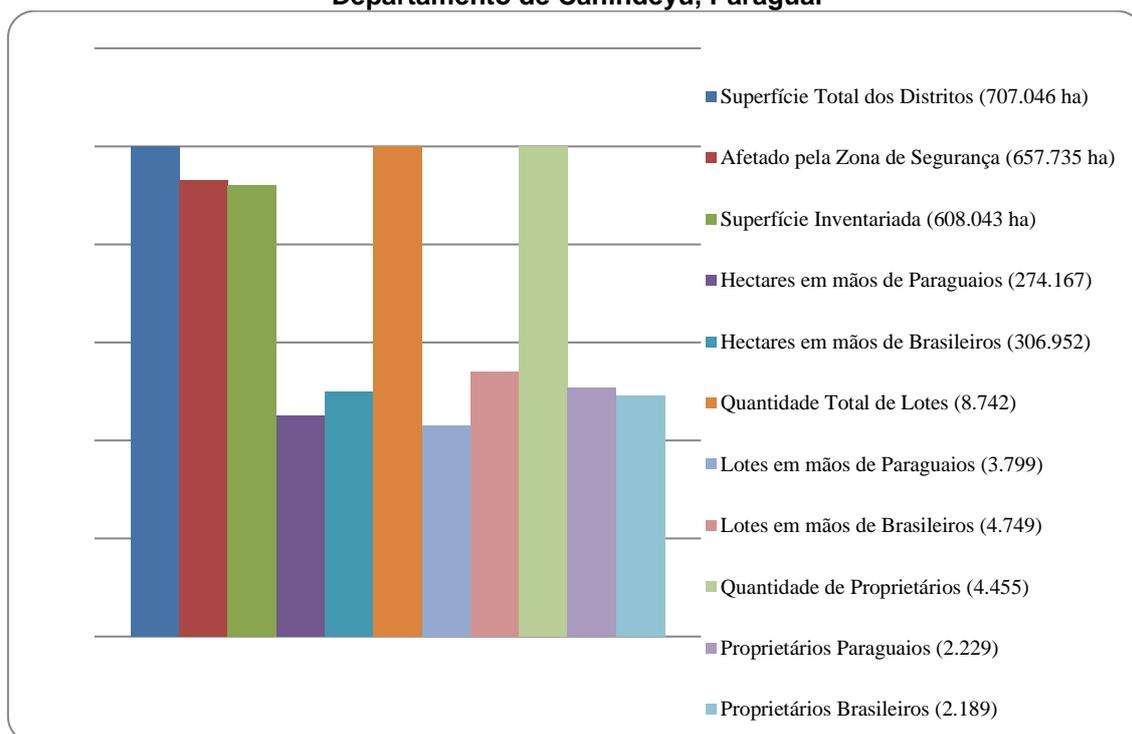
Os resultados do inventário da Comisión Interinstitucional de Zona de Seguridad de Fronteras (CIZOSEF), inventário que passou a ser realizado em 2005 após a aprovação da Lei de Fronteiras do Paraguai e que limita 50 quilômetros em suas divisas contíguas para propriedades nacionais, são elucidativos dessa questão. Até o início do ano de 2014, a Comisión havia inventariado praticamente toda a franja fronteiriça da Região Ocidental, mas não havia concluído os trabalhos na Região Oriental na fronteira com o Brasil. Diante disso utilizamos dos dados da CIZOSEF, de seis distritos inventariados total ou parcialmente no departamento de Canindeyú e que servem de amostra para a análise. São eles: Nueva Esperanza (com 88% inventariado), Francisco Caballero Álvares (com 77%), Katuete (com 77%), Corpus Christi (com 100%), La Paloma del Espíritu Santo (com 99,7%) e Salto del Guairá (com 100% inventariado).

O objetivo das informações levantadas pela Comisión é construir um banco de dados que mostre as condições de propriedade dos imóveis rurais na zona de fronteira para poder fomentar a tomada de decisões sobre o tema. Em um resumo de dados feito pela Comisión utilizando-se da Cartografia Digital da Dirección Geral de Estadísticas, Encuestas e Censos de 2002 (DGEEC), e da Dirección Geral dos Registros Públicos de 2006, a faixa atinge 15 departamentos, 134 distritos, mais de 200 localidades, cerca de 790 mil propriedades rurais, uma área em torno de 143.328 km², o que representa 31% de superfície total do país (CIZOSEF, 2014). Ou seja, a faixa da zona de segurança nacional é uma fronteira em si mesma.

A Tabela adiante, com a amostra distrital e do total departamental inventariado até 2014, com doze variáveis analisadas, é significativa da condição da propriedade de terras no Paraguai, e possui como objetivo apontar, de forma individual, os resultados recolhidos pela CIZOSEF. Propõe-se, porém, uma análise do conjunto desses distritos, com dados da Região Oriental, onde 93% da superfície dos seis distritos, em torno de 657.735 hectares, estão dentro da zona de segurança fronteiriça. Os seis distritos inventariados, integralmente ou parcialmente, representam uma amostra importante sobre a propriedade de terras na Região Oriental. Me deterei aos números das propriedades de terras pertencentes a paraguaios e a brasileiros, que representam a quase totalidade de proprietários. Proprietários de outras nacionalidades, áreas com influência de outros Distritos, e as

áreas de proteção da Itaipu, comportam em torno de 1% das áreas inventariadas. Sendo assim, o nosso critério de análise se baseia nas relações de propriedade entre paraguaios e brasileiros, em quatro eixos diferentes. O primeiro eixo são os totais distritais, afetados e inventariados; o segundo é a divisão inventariada entre brasileiros e paraguaios; no terceiro aparece o número de propriedades (lotes) pertencentes a paraguaios e a brasileiros; e, quarto, trata do número de proprietários das duas nacionalidades.

**Gráfico 1: Dados do Inventário da Cizosef (2008-2012)
Departamento de Canindeyú, Paraguai**



Fonte: Produção a partir da Nota CIZOSEF n. 14 de 17/03/2014 – Ministério de Defesa Nacional, Paraguai.

É impossível, neste breve texto, explorar todos os números levantados pela CIZOSEF. Por isso optamos pela exposição deles de forma que possam se tornar representativos para outras análises. (Tabela 1). O que evidenciamos de forma mais particularizada é o equilíbrio que o levantamento da *Comisión* identificou, sendo que, na área inventariada até o momento em relação à propriedade de terras entre brasileiros e paraguaios, na fronteira oriental do Paraguai, ocorre uma situação que mostra outro ponto de vista em relação a outros estudos e autores que discutem o tema e alegam que um percentual de mais de 80% das propriedades está em mãos de brasileiros, condição que não se sustenta com base nos dados apresentados pela CIZOSEF.

O que não é possível identificar é se proprietários brasileiros se utilizam dos nomes dos paraguaios para regularizar suas propriedades. Destarte, concordamos que a maioria das propriedades na região leste do Paraguai e até então inventariadas, estão em mãos de brasileiros, todavia apontamos para uma situação de maior equilíbrio do que outros estudos e a própria imprensa enfatiza sobre a questão, ciente de que é necessário integralizar o inventário para uma análise completa da situação.

Tabela 1: Tratamento dos dados constantes do Relatório da Comisión Interinstitucional de Zona de Seguridad de Fronteras, Paraguai (CIZOSEF)

Distritos/ Dados	Nueva Esperanza	Katuete	Francisco Caballero Álvarez	La Paloma del Espirito Santo	Salto del Guairá	Corpus Christi	Total dos Distritos
Superfície total dos distritos em hectares (ha)	130.394	81.658	104.313	72.891	135.652	182.138	707.046
Superfície afetada pela Zona de Segurança (ha)	97.928	60.554	104.313	72.891	136.703	185.346*	657.735
% afetado pela Zona de Segurança (ha)	75%	74%	100%	100%	100%	100%	93%
Superfície Inventariada (ha)	86.218	46.458	80.643	72.675	136.703	185.346	608.043
% da superfície Inventariada (ha)	88%	77%	77%	99,7%	100%	100%	92%
Superfície sem inventariar (ha)	11.710	14.096	23.670	831	00	00	50.307
% da superfície sem inventariar (ha)	12%	23%	23%	0,3%	00%	00%	8%
Número de hectares em mãos de paraguaios	35.216	14.725	44.878	26.988	55.159	97.201	274.167
% de hectares em mãos de paraguaios	41%	32%	56%	37%	40%	53%	45%
Número de hectares em mãos de brasileiros	41.257	31.726	35.765	44.817	67.734	85.653	306.952
% de hectares em mãos de brasileiros	48%	68%	44%	62%	50%	46%	50%
Número da quantidade total de lotes	1.114	719	1.463	831	1.384	3.231	8.742
Número de lotes em mãos de paraguaios	361	121	813	291	846	1.367	3.799
% do número de lotes em mãos de paraguaios	32%	17%	56%	37%	62%	42%	43%
Número de lotes em mãos de brasileiros	656	595	650	524	526	1.798	4.749
% do número de lotes em mãos de brasileiros	59%	83%	44%	63%	38%	57%	54%
Número da quantidade total de proprietários	463	374	915	436	612	1.707	4.455
Número de proprietários paraguaios	66	55	639	186	321	962	2.229
% do número de proprietários paraguaios	20%	15%	70%	44%	52%	56%	50,8%
Número de proprietários brasileiros	372	318	276	244	279	700	2.189
% do número de proprietários brasileiros	80%	85%	30%	56%	45%	41%	49,2%

Fonte: Produção própria a partir dos dados da NOTA CIZOSEF, n. 14, 17 mar. 2014. Ministerio de Defensa Nacional, Paraguai.

* Há um número superior de hectares (ha) porque foram consideradas, no levantamento da CIZOSEF, áreas de outros distritos.

Considerações finais

Nenhum governo logrou êxito em qualquer programa de distribuição equitativa da terra no Paraguai, um país em que os verdadeiros trabalhadores da terra são tratados como párias de suas terras. Desde a história mais antiga que se faz sobre a questão da terra no Paraguai, nota-se que há uma imensa terra sem camponeses, e um grande montante de camponeses *sintierras*. O século XX se tornou um período de grandes tensões para o país, um contexto de entre guerras, guerras, conflitos civis, longos períodos de ditaduras e, por fim, a incidência de agricultores brasileiros que acabaram fomentando o agronegócio no país, sendo auxiliados ou coniventes com os poderes ditatoriais que vigoravam, como os 35 anos de governo em que Stroessner esteve no poder.

A propriedade privada e as áreas de fronteiras com os demais países é um tema sensível para a história do Paraguai contemporâneo, pois, de um lado, compreende-se a necessidade de promover mudanças no cenário político para que se possa ter uma distribuição equilibrada de terras entre os paraguaios e atender às demandas camponesas. Por outro lado, percebe-se que o país alavancou uma condição econômica de destaque fomentado pelo modelo agrícola baseado no agronegócio, que dispõe da concentração de terra, investimento tecnológico, baixa assimilação de mão de obra e produção voltada ao mercado de exportação. Essa situação, como é óbvio, não colabora no sentido de atender aos anseios camponeses, que se mantêm com uma proposta de produção de subsistência, isso em oposição direta aos interesses de um montante significativo de empresários rurais – em grande maioria brasileiros –, que alimentam o mercado exportador de grãos. Este é, pois, um panorama descritivo da questão do pertencimento das terras no Paraguai – assunto esse que já se tornou uma questão histórica.

A cultura local, enquanto conceito, permeou o texto como um prolongamento das atividades agrícolas e agrárias, sendo que as práticas culturais que se mostram enquanto manifestações de uma comunidade obedecem às formações sociais de cada local. Sendo assim, religião, costumes, idioma, moeda, trabalho, hábitos alimentares, hábitos esportivos, hábitos de lazer, os nomes dos distritos, entre outros itens da vida popular, fomentam a legitimação de grandes colônias de migrantes no Paraguai, característica de organização social que encontrou no país e nas suas extensões rurais um ambiente propício para se difundir.

Brasileiros, alemães, canadenses, norte-americanos, chineses, mulçumanos, enfim, também nas extensões guaranis, é possível identificar mais de setenta etnias, ou povos estrangeiros, sendo o meio rural o que mais fortemente marca e adapta essas populações. Cada colônia referenda e difunde sua cultura, parecendo estar em seus próprios países de origem. Eis aí uma característica que, embora sirva como essencialmente produtora de uma identidade ligada ao país de origem, funciona também como meio de afastar a população local.

Dessa forma, o modelo agrícola desenvolvido em conjunto com as diferentes manifestações e práticas culturais, torna-se desagregador de uma coexistência entre estrangeiros e paraguaios, em que, não raras vezes, é possível perceber que o próprio paraguaio se sente mais estrangeiros do que os que vieram de fora. Então é neste momento da presente exposição e argumentação que lançamos mão da seguinte questão teórica: Nessas fronteiras do leste paraguaio, quem seriam os outsiders?

Notas

¹ Este texto é parte integrante das reflexões realizadas no Projeto de Pesquisa intitulado Fronteiras: a produção da memória e a construção histórico-social entre Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraguai, cadastrado na PROPP/COPQ/UGD, desenvolvido na Faculdade de Ciências Humanas, Dourados.

² O tratamento que a Constituição brasileira dá para a fronteira é de duas formas diferentes. Primeiro, é a linha de fronteira que demarca e limita dois países com fronteira comum entre ambos. O segundo é a faixa de fronteira, uma zona que pertence ao bem público da União. No caso do Brasil, a faixa de fronteira estabelece 150 quilômetros contíguos aos Estados estrangeiros. No Paraguai, a Ley de Fronteras é a “Ley que establece la Zona de Seguridad Fronteiriza de la Republica del Paraguay”, que estabelece uma faixa de 50 quilômetros contíguos aos países vizinhos.

³ Atualmente há uma série de discussões sobre esse tema, uma vez que em algumas áreas há já uma segunda geração de brasileiros nascidos no Paraguai, o que lhes dá a condição de cidadãos paraguaios. Embora pouco se manejem esses dados, calcula-se que metade da população que acredita ser brasileira no Paraguai já é paraguaia.

⁴ Los inmuebles rurales de propiedad del Estado que fueron adjudicados de forma ilegal a personas no beneficiarias de la reforma agraria, o a personas que no tienen derecho a ser beneficiadas con tierras fiscales según la legislación vigente en la materia de ese entonces (Comisión de Verdad y Justicia, Asunción, Tomo IV, 2008).

⁵ No ano de 2013, o Paraguai teve o terceiro maior crescimento econômico do mundo, girando seu crescimento acima de 14%. Nesse contexto alavancando a economia do país, ocorrem, primeiro, as atividades de reexportação de mercadorias importadas; segundo, as de exportação de soja, sendo o quarto maior mercado exportador de soja do mundo; e, terceiro, a carne bovina representando o sétimo maior mercado exportador do mundo (Fonte: Ministro Germán Rojas. Ministério da Fazenda do Paraguai, 23 jan. 2014).

⁶ Os movimentos criticam as ações de grandes multinacionais. Um exemplo é a Monsanto. Muitos atribuem à empresa os danos causados por fertilizantes e por agrotóxicos às comunidades vizinhas das grandes plantações. Ainda segundo Riquelme, a Monsanto objetiva chegar a sete milhões de hectares de soja plantados no Paraguai nos próximos anos, ou seja, estamos no meio desse processo, com estimativas de praticamente 3,3 milhões de hectares cultivados na safra 2014/15, o que fará com que a agricultura campesina desapareça, se o agronegócio continuar crescendo sem qualquer forma de regulamentação, como vem ocorrendo (Quintín Riquelme. Entrevista, Assunção, 2013).

⁷ No Paraguai esse processo de luta se propaga, causando enfrentamentos e mortes, especialmente com a força policial do país. O caso mais emblemático é o de Curuguaty em Canindeyú, onde morreram 18 pessoas entre camponeses e policiais, episódio que ocasionou o Juízo Político do Presidente da República, fazendo com que Fernando Lugo deixasse o governo poucos dias depois do ocorrido sofrendo o impeachment.

Fontes

Arquivo: *II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay. Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación*. Asunción, 1974 e 1982.

Relatório da Camara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO), 2014.

Censo Agropecuário Nacional (CAN), 1991 e 2008.

Comisión de Verdad y Justicia (CVJ). *Tierras Mal Habitadas: Informe Final*. In: *Tomo IV*. Asunción: Diakonia, 2008.

Quintín Riquelme. *Entrevista*. Assunção, 19 dez. 2013 (Produção: Leandro Baller, 1 hora e 21 minutos - Digital).

Estatuto Agrário do Paraguai (1940, 1963 e 2002).

Nota 14: *Relatório da Região Oriental*: Comisión Interinstitucional de Zona de Seguridad de Fronteras (CIZOSEF), 17 mar. 2014.

Referências

BALLER, Leandro. *Cultura, identidade e fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2008.

_____. *Fronteira e fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Curitiba: CRV, 2014.

DIAZ, Daniel Campos Ruiz. *Lucha por la tierra y políticas públicas: un intento de periodización sócio-histórica: 1811-1954*. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, n. 70, p. 105-130, 1987.

FOGEL, Gerardo (Coord.). *Investigaciones históricas, socioculturales y arqueológicas del área de Itaipú*: Informe final, primera etapa, v. 1, Asunción: Itaipú, 1975.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é a questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora, 2013.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguai*. Assunção: UNFPA/ADEPO, 2008.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (Org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*, de Frederick Jackson Turner. Niterói: EDUFF, 2004, p. 23-54.

VELÁZQUEZ, Rafael Eladio. La sociedade paraguaya en la época de la Independencia. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, n. 35, 1976.

Recebido em: jan. 2017.

Aceito em: abr. 2017.

Leandro Baller: Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Adjunto do curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: leandro_historia@hotmail.com